

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ /2024.**

Autoriza o Poder Executivo a outorgar a empresa HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, sob a forma de permissão de uso, da área do Patrimônio Municipal, para fins de instalação da Torre de Telefonia Celular da CLARO no Distrito do Murituba.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS**, no uso das atribuições lhe conferidas por lei.

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte.

**LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar à empresa HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, sob a forma de permissão de uso, a título oneroso, da seguinte área de terras pertencentes ao Patrimônio Público Municipal:

**I** – Área total de 25m<sup>2</sup>, 5m x 5m, localizado na Zona Rural de Codajás, Distrito do Murituba, atrás da Sede Social, coordenadas de GPS, Latitude -3.86453°, Longitude -62.484404°.


**Art. 2º** A permissão de uso da área de terras referida no art. 1º se destina, exclusivamente, para os fins da instalação de Infraestrutura para Torre de Telefonia Celular da Claro

**Art. 3º** A permissão de uso de que trata o art. 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo de até 15 (quinze) anos.

**Parágrafo único.** O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, desde que haja interesse público motivado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS**, aos 21 dias do mês de março de 2024.

  
**CLEUCIVAN GONÇALVES REIS**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Codajás

Data 25/03/24 Hora 11:25

Protocolo nº 046  


## JUSTIFICATIVA

O município foi procurado por representantes da empresa HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, vez que foi identificado uma área total 25m<sup>2</sup>, ou seja, 5m x 5m, localizado na Zona Rural de Codajás, Distrito do Murituba, atrás da Sede Social, coordenadas de GPS, Latitude -3.86453°, Longitude -62.484404°, para instalação de infraestrutura de suporte (Torre) que irá receber equipamentos (antenas) da prestadora **CLARA S/A**, conforme relatório fotográfico anexo.

Ocorre que, para que o Executivo efetive a cessão da área pública, mesmo sendo a título oneroso, se faz necessária autorização legislativa, nos termos do arts. 137 e 138, da Lei Orgânica do Município.

Sobre o serviço de telecomunicações, é indispensável esclarecer que a consecução da prestação do serviço de telefonia móvel, depende diretamente da instalação das Infraestruturas de Suporte (Torres).

Nesse contexto, a Lei Federal nº 12.651/12, que alterou o Código Florestal Federal, já classificava como de “utilidade pública” as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos, dentre os quais o de telefonia, para fins de autorização para a realização de intervenções ambientais necessárias, nos termos do inciso VIII, do art. 3º.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 13.116/15, que “*estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações(...)*”, dispõe de forma definitiva que o serviço de telecomunicações é de interesse público e coletivo, essencial, nos termos do art. 4º, inciso I, vedando aos Estados, Municípios e Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços de telefonia, consoante inciso II, do mesmo dispositivo, e conforme o art. 8º, da mesma lei, já mencionados.

Ainda, no que diz respeito à proteção e incentivo da União à ampliação da cobertura, impõe-se destacar que a Lei Geral de Telecomunicações, Lei Federal nº 9.472/97, elenca como deveres do Poder Público, a garantia do acesso de toda a população aos serviços de telecomunicações, bem como o estímulo à expansão do uso as redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira, além de dotar medidas que promovam a competição e a diversidade dos serviços, incrementem sua oferta e propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários, dentre outros.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.116/15 é taxativa ao elencar dentre os seus objetivos a ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados, nos termos do inciso III, do art. 2º, *in verbis*:

“Art. 2º O disposto nesta Lei tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros:

(...)

III - à ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados;

Ademais, importa registrar que a crise enfrentada pela pandemia do Vírus COVID-19, impôs



uma crescente demanda por conectividade, em razão do isolamento social das pessoas, que requer a utilização da rede de telecomunicações para a manutenção do funcionamento mínimo das atividades laborais em *home office* ou atividades escolares, além das tarefas cotidianas, pessoais, mediante a transmissão de áudio, mensagens e dados, especialmente de imagens, além do uso de aplicativos, sendo que o acesso aos serviços públicos de segurança, saúde, e serviços bancários se encontram disponíveis por meio da *internet*, evitando-se o deslocamento ou aglomeração das pessoas.

Com efeito, o Governo Federal declarou a essencialidade do serviço de telefonia móvel no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que, por sua vez, "*Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.*", conforme inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 3º.

Assim, em vista da fundamentação acima, e se tratar de matéria de relevante interesse para a Administração, solicitamos que seja aprovado o presente Projeto de Lei.

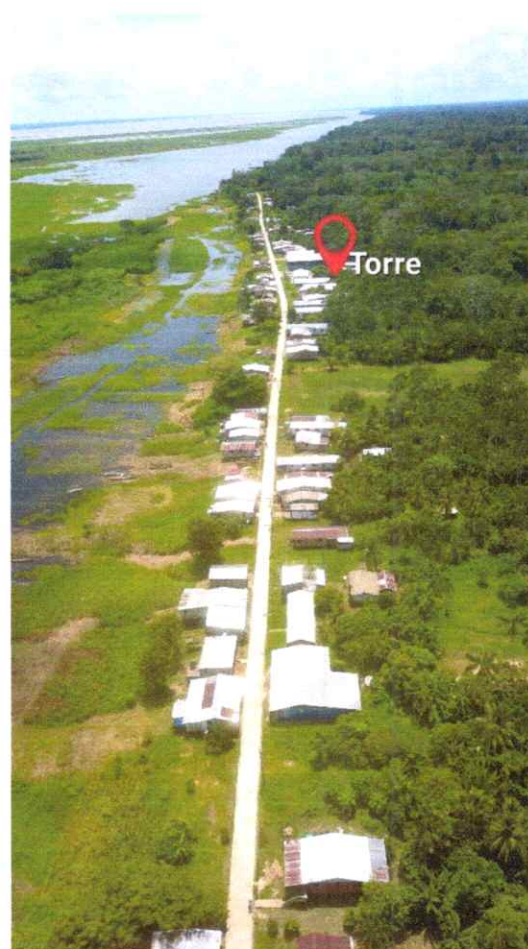




**RELATÓRIO FOTOGRÁFICO – MURITUBA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS – AM.**  
**Fotos do local:**



**Identificação do local**



**Identificação do local**



**Vizinho lado direito**



**Vizinho lado esquerdo**



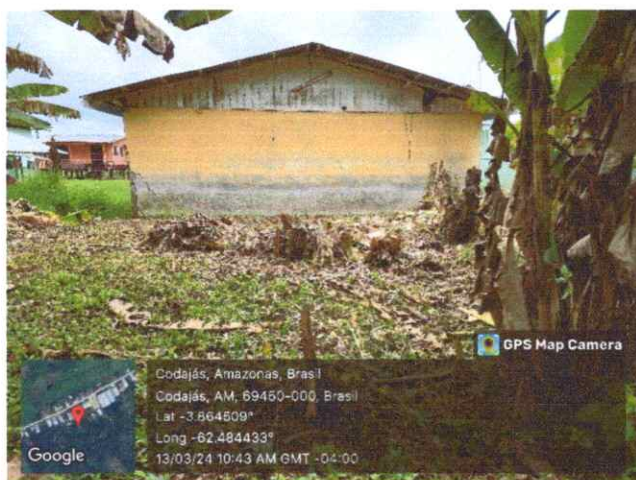
**Via de acesso**





## RELATÓRIO FOTOGRÁFICO – MURITUBA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS – AM.

Fotos do local:



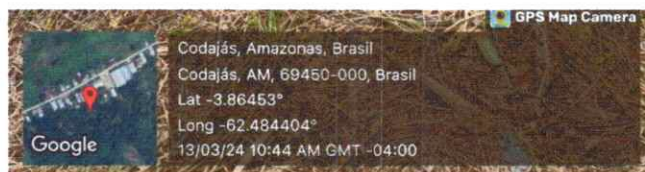
Área proposta



Área proposta



Rede de energia no local



GPS

Visada frontal





**RELATÓRIO DA VISADA – 360° - A cada 30° Sentido horário – Partindo do Norte com o drone a 20m de altura girando no próprio eixo.**



Ângulo 01



Ângulo 02



Ângulo 03



Ângulo 04



Ângulo 05



Ângulo 06



Ângulo 07



Ângulo 08



Ângulo 09



Ângulo 10



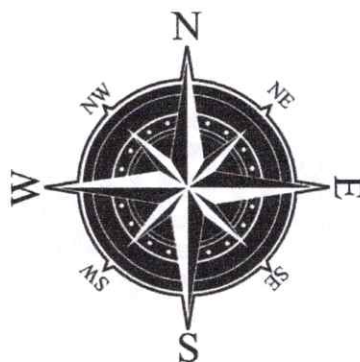
Ângulo 11



Ângulo 12

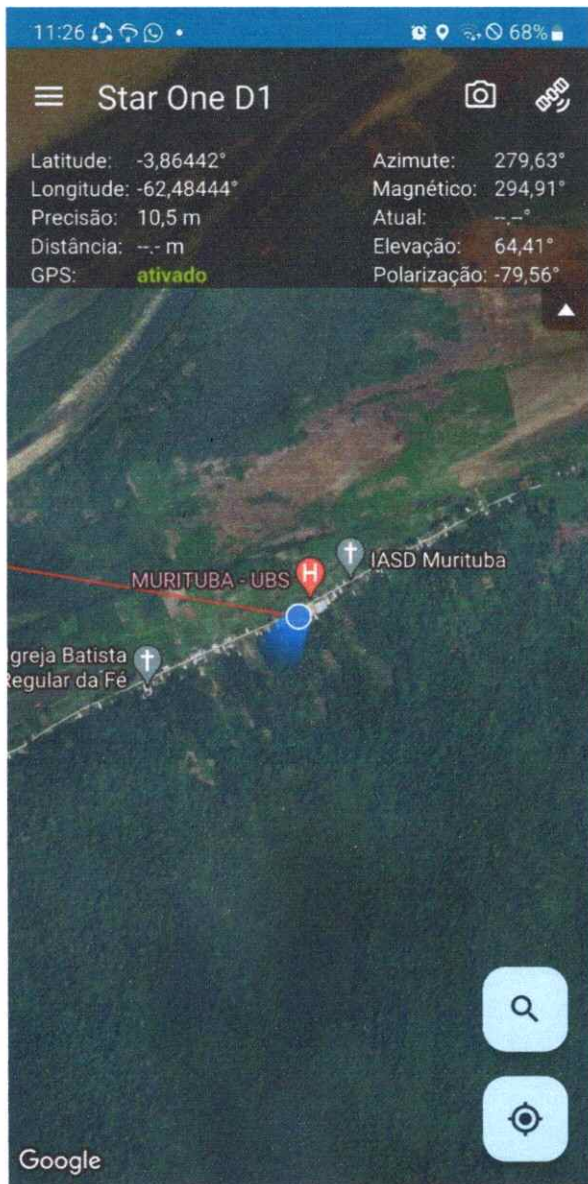


Ângulo 13

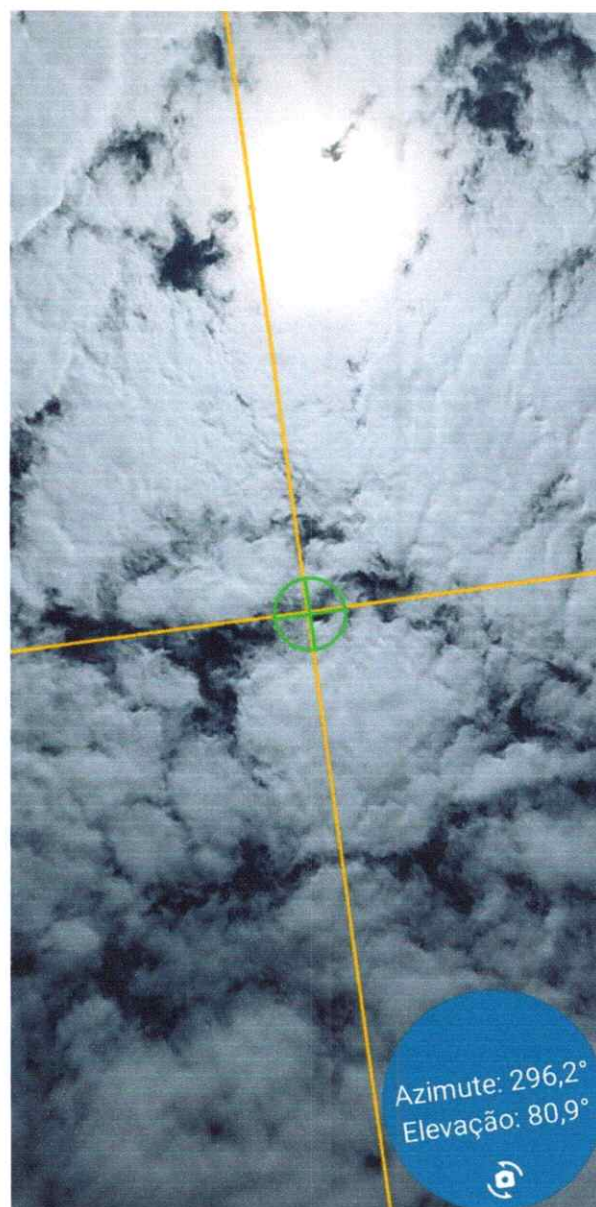
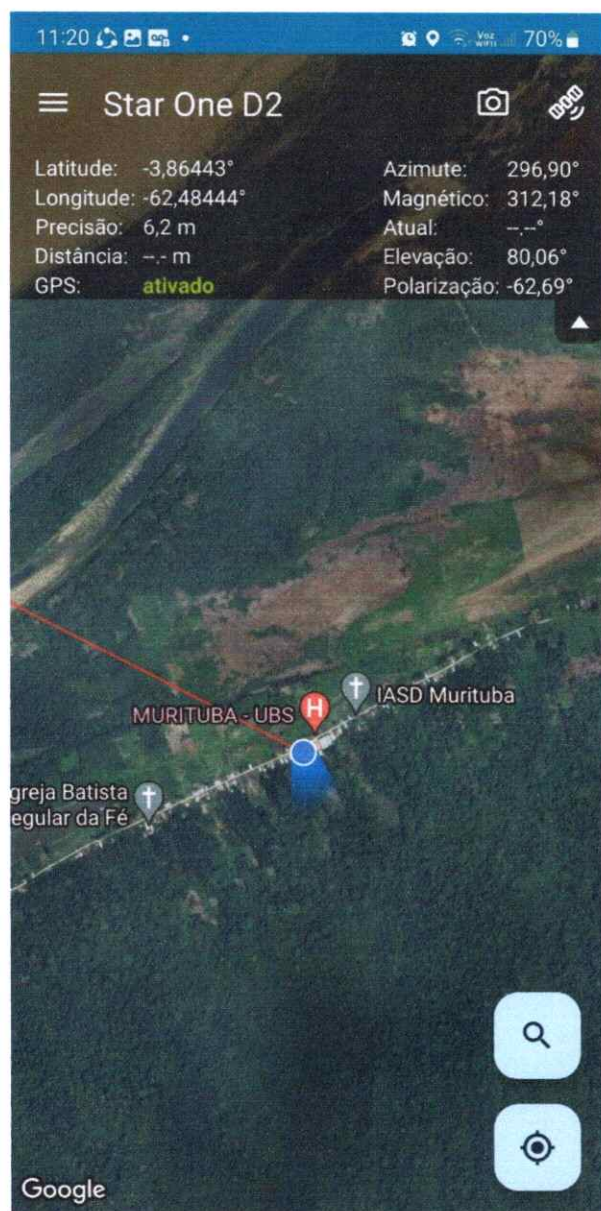




## Localização do Satélite – Star One D1



## Localização do Satélite – Star One D2



**\*Informações complementares;**

**Murituba com população de aproximadamente 740 habitantes,**

**\*Comunidades adjacentes; Vila Nova com aproximadamente 164 habitantes, São Francisco com 72 habitantes e Tapiira com 40 habitantes. As demais comunidades existentes do outro lado do Rio Solimões (rio principal); Salvação, São Francisco da Trindade, Nova Aliança; essas, a cerca de 3km de distância.**